

**Ata da 7ª reunião do Fórum Permanente de Discussão
sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319**

No dia **14 de maio de 2018**, às 10:30h, na Câmara Municipal do Careiro, foi realizada a 7ª reunião ordinária do Fórum Permanente de Discussão sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo. Foi apresentado um vídeo com imagens demonstrando as condições precárias de trafegabilidade da estrada BR-319. Em seguida, foi composta a mesa com as seguintes autoridades: Osmar de Melo Almeida Júnior, Presidente da Câmara; Nathan Macena de Souza, Prefeito do Careiro; Carlos Eduardo, Superintendente do DNIT; Adelson Júnior, Representante da Sociedade Civil Local e André Marcílio, Presidente da Associação de Amigos e Defensores da BR-319.

Inicialmente, o Presidente da Câmara, Osmar de Melo Almeida Júnior, deu as boas-vindas aos presentes e declarou aberta a reunião do Fórum Permanente de Discussão sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319. Em seguida, o prefeito fez sua saudação aos membros da mesa e a todos presentes, destacando a importância do Fórum no município e da BR-319 para o Careiro e municípios vizinhos. A seguir, o Dr. Rafael da Silva Rocha, Procurador da República, assumiu a condução do fórum, iniciando com o agradecimento a todos os presentes, em especial ao prefeito e ao presidente da Câmara. Apresentou os objetivos da reunião: apresentar o Fórum e integrar a população local, além de ouvi-la e promover o diálogo. Narrou sobre o histórico do Fórum, indicando como ponto convergente, que são todos favoráveis à pavimentação, mas com responsabilidade e sustentabilidade. Aduziu que o Fórum visa nivelar informações entre todos sobre os problemas da reabertura da BR-319. Ressaltou também que o Fórum busca soluções concretas, citando como exemplo a questão da pavimentação do ramal de Manicoré, que avançou após a última reunião.

Sobre o regulamento da audiência pública, convencionou-se que os participantes da plenária teriam o tempo de 2 minutos para as suas considerações e conclusões, com 5 intervenções por bloco.

A seguir, apresentaram-se os demais membros da mesa e os diversos órgãos e entidades que vieram de Manaus para acompanhar a reunião do Fórum:

O DNIT, através de seu Superintendente no Amazonas, Carlos Eduardo, deixou claro que se quer concluir sim a BR-319, mas com todas as questões ambientais, indígenas e de sustentabilidade cumpridas. Disse que o Fórum aproximou a sociedade civil, ONGs, entidades municipais, estaduais e federais em prol do mesmo objetivo. Aduziu que, com essa união, facilitou-se a tomada de decisão.

André Marsílio, Presidente da Associação de Amigos e Defensores da BR-319, após cumprimentar a todos e aos membros da mesa, disse que os problemas que envolvem a BR-319 são diversos, inclusive corrupção. Declarou que não pode mais aceitar que não apontem para onde estão indo os recursos da BR-319. Enfatizou que o fórum é o local para dialogar com as autoridades responsáveis pela pavimentação da rodovia. Ressaltou, por fim, que nunca houve a presença de nenhum deputado ou senador nas sete reuniões realizadas, incluindo esta.

IDESAM, através de Fernanda Meireles, disse que iniciou um projeto na BR voltado para os municípios, com foco nas unidades de conservação, e que com esse projeto espera trazer subsídios para as discussões do fórum.

Muni Lourenço, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Amazonas, cumprimentou a todos, agradeceu a proatividade do Dr. Rafael, e afirmou que os produtores rurais são plenamente favoráveis à reabertura da BR-319, a fim de garantir o direito constitucional de ir e vir. Disse que a causa ambiental é de todos e que o desenvolvimento econômico deve ser realizado com respeito ao meio ambiente. Enfatizou que o Amazonas possui 97% da floresta intocada.

FIEAM, representada pela Assessora Técnica da Presidência e Coordenadora de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Renée Veiga, cumprimentou a todos, e disse que concorda com a reconstrução da estrada. Outrossim, entende que a pavimentação deve ser de maneira sustentável e que o poder público deve seguir o que diz a legislação, a fim de garantir o direito de ir e vir. Por fim, ressaltou que se encontra à disposição de todos para ajudar.

Flávio Willer, representante da OAB, enfatizou sobre a possibilidade de produção de peixe orgânico em águas naturais no município para concorrer com o peixe que vem de Rondônia, escoando-se os produtos através da BR-319.

Fred, do CIMI-Conselho Indigenista Missionário, disse que não é somente o trecho do meio que seria afetado. Também se manifesta pela governabilidade. Afirmou que o Poder Público é omissivo e que o INCRA e FUNAI, por exemplo, estão sucateados. Defende a sustentabilidade e o direito dos povos indígenas de serem consultados durante o processo de reabertura da BR-319.

Houve a inscrição dos presentes para a realização de suas considerações e eventuais perguntas dirigidas à mesa formada. **A seguir, foi aberta a palavra aos demais presentes, em bloco com 5 intervenções, com as respostas da mesa ao final.**

A primeira a falar foi a Sra. Maria de Fátima, que afirmou que ser contra a BR-319 é o mesmo que dizer que “o Norte não faz parte do Brasil”. Demonstrou preocupação com a falta de segurança na região, em especial no Careiro. Soube de pessoas amarradas em suas casas e polícia não fez nada. Disse, ainda, que existe também o risco da pavimentação aumentar o problema de segurança pública. A fim de buscar solução para a violência, clamou ao prefeito por solução.

Eli Márcia, moradora do lago do Mira, disse que é favorável à pavimentação da BR-319 para garantir o direito de ir e vir. Emocionou-se com tanta gente voltada à reabertura da Rodovia. Criticou a construção da ponte sobre o Rio Negro, pois entende que se a construção da ponte fosse sobre o Rio Amazonas, favoreceria um maior número de pessoas, além de integrar Manaus ao resto do país.

Edna, do ramal do 8, em Autazes, alegou que tem dificuldade em escoar a produção. Expende que sofre muito com a falta de segurança e que pessoas andam armadas na estrada, fazendo a todos de reféns.

Meire, moradora do km 217, disse que é ser humana, amazonense e brasileira e que não tem segurança, transporte e educação na região. Fez apelo ao prefeito que faça o que puder pela BR-319. Reclamou do isolamento geográfico, que mora num município, Borba, e vota em outro, Careiro.

Sônia disse que é a terceira vez que participa Fórum. Como moradora do km 245, comunidade Igapó-Açu, encontra-se sem transporte nesse momento por conta da falta de trafegabilidade da rodovia. Registrou que o prefeito cedeu ônibus para o evento. Na oportunidade, agradeceu pelo apoio dos prefeitos de Manicoré e de Careiro.

Encerrada a primeira rodada das manifestações da plenária, a palavra foi devolvida à mesa para responder aos questionamentos realizados.

O Dr. Rafael disse, quanto à questão da segurança, que enviou ofício aos órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado do Amazonas, solicitando que cada instituição apresentasse um Parecer Técnico com uma estimativa de recursos materiais e humanos necessários para assegurar a governabilidade da área de influência da BR-319, após a pavimentação da rodovia, em razão do aumento do fluxo de pessoas na região. De posse de tal estudo, o MPF poderia iniciar as tratativas junto aos órgãos competentes.

André solicitou ao DNIT que se manifestasse sobre a segurança na BR-319. Falou sobre a construção dos dois portais exigidos pelo IBAMA e indagou sobre a situação atual desse controle de entrada e saída.

Dr. Rafael acrescentou que requisitou da SEMA que informe se pretende ocupar os portais de fiscalização que serão construídos pelo DNIT na rodovia BR-319 (condicionante da licença ambiental do serviço de manutenção). Porém, até o presente momento, não obteve resposta. Enfatizou que o portal é uma condicionante da licença de instalação do IBAMA, que se não for cumprida pode ensejar a paralisação das obras.

Por fim, Carlos Eduardo enfatizou que a instalação dos portais é uma das condicionantes da Licença de Instalação para as obras e serviços realizados no trecho do meio da rodovia. Disse que está definindo com outros órgãos quem vai ocupar os portais. Concluiu que a segurança é pauta de toda sociedade e pretende dar funcionalidade aos dois portais.

A seguir, foi aberto o segundo bloco com 5 intervenções, acompanhado das respostas da mesa ao final.

Dando início ao segundo bloco de intervenções, a participante Neli agradeceu às mulheres que já se manifestaram e enfatizou a pouca participação masculina até o momento de sua fala. Disse que a vida na comunidade é muito sofrida e que depende da BR-319 para escoar a produção. Afirmou que conta com as autoridades para olharem para a comunidade São João e todas as outras.

Paula Siqueira disse que trabalha em entidade que presta assistência a jovens e pretende celebrar termos de cooperação com outras entidades. Falou que os jovens são assediados todos os dias desde a porta de casa à porta da escola. Ressaltou sobre o perigo da criminalização dos movimentos sociais. Por fim, foi enfática ao afirmar que “não passa pela BR, vivencia a BR”.

Nilsinha afirmou que representa o grupo de Mulheres da Reta e Agricultura Familiar e que querem a BR-319 construída, bem como o ramal do Mamori, no km 78 da BR. Disse que quer segurança, trabalho, sustentabilidade, acessibilidade e trafegabilidade. Falou sobre a falta de segurança. Relatou que no ramal do Mamori tem uma quadilha de Manaus instalada, que não tem como tirar de lá. Eles param os ônibus e ameaçam as crianças. Agradeceu ao prefeito Nathan pelo apoio à produção, mas pede apoio pelo escoamento, a fim de evitar o desperdício.

O Pastor Roberto agradeceu à realização do Fórum e disse que espera que este não seja um “cabide eleitoral”. Afirmou que aguarda a compreensão dos órgãos públicos, a fim de resolver a questão da BR-319. Acusou o IBAMA de ser o principal responsável pelo travamento da BR-319. Quanto aos portais, disse em tom de brincadeira que a Assembleia de Deus se responsabiliza por eles, pois o que quer é a reconstrução da BR. Reclamou que toda hora mandam fazer um novo estudo ambiental, o que dificulta o processo de reconstrução.

Akis Alves, da SEMA, disse que as unidades de conservação, como componente e condicionante da BR-319, precisam ser implementadas. As unidades de conservação estaduais já possuem o plano de gestão. Lembrou que a BR-319 tem o modal aquático também e que, por isso, há necessidade de chamar a ANTAQ para participar do Fórum.

O representante da OAB disse que somente o balseiro do Igapó-Açu respeita as prioridades previstas na legislação, como a de cargas perecíveis e vivas.

O vereador Linvingston Ferreira pediu para registrar em ata que possuem, provisoriamente, licença para trafegar com caminhão com mais de 20 toneladas. Contudo, ressalta que há necessidade de liberação permanente para caminhões de combustível.

O DNIT respondeu que a medida visa evitar a deterioração da rodovia, por isso que esses caminhões precisam de uma autorização especial. Destacou que estão sendo realizadas, via ofício, tais liberações, em razão de dificuldades operacionais. Por fim, aduziu que fica à disposição para resolver essa questão.

Encerrando a segunda rodada, o Dr. Rafael esclareceu, quanto à conotação política levantada, que o Fórum não tem vocação partidária e que o membro do MPF não pode sequer ser filiado a partido político, muito menos concorrer a eleição. Se a suspeita é dirigida aos demais membros, o Fórum é composto por instituições, que não se confundem com eventuais projetos políticos de seus representantes. Por fim, ressaltou que o Fórum tem caráter horizontal e, por isso, o MPF não coordena, nem preside, apenas organiza e promove a moderação do debate.

A seguir, foi modificado o regulamento e passou-se a ter 10 intervenções por bloco, acompanhado das respostas da mesa ao final.

A primeira manifestação do terceiro bloco foi do vereador Viana, que demonstrou preocupação com a segurança após a construção da BR-319. Disse que muitas reuniões foram realizadas e nada foi feito de concreto, mas acredita que este fórum alcançará os objetivos pretendidos.

Valdimar Felizardo parabenizou os responsáveis pelo evento. Disse que participa desde 1990 de movimentos em prol da BR-319. Que não dá mais para ficar esperando. E indagou: o que vai se fazer depois dessa reunião? Espera que o MPF, instituição de grande credibilidade, aponte soluções. Narrou que gostaria de sair com um direcionamento, pois o processo está demasiadamente lento.

José Carlos Resende relatou sua experiência como morador do Careiro há 16 anos. Falou de suas dificuldades, como falta de água e energia. Disse que o município vive em prol da BR. Que não tem como concorrer economicamente com outros lugares, pois os insumos com preços elevados impedem a competitividade. Enfatizou que o produtor local não tem como escoar a produção. Questionou a pouca participação dos políticos nas reuniões. Indagou sobre as restrições que existem para a BR-319.

Edilize Costa, como representante de movimento de mulheres da BR-319, salientou que é preciso agir e dialogar mais. Disse que o Careiro avançou ao fornecer voz às mulheres dos assentamentos. Ressaltou que as reservas precisam ser potencializadas. Destacou a ausência do Estado e do Governo Federal e que as políticas públicas precisam acontecer na BR-319.

Manoel disse que a produção tem caído muito, porque não tem como escoar a produção para o município ou a capital. Que todos têm a ganhar com a construção da rodovia. Declarou que no seu assentamento não tem segurança, pois em cada esquina tem uma boca de fumo.

Valcimar disse que mora há 29 anos na região e relatou a dificuldade que enfrenta ao trabalhar com turismo, pois muitos clientes não conseguem chegar ao município. Falou sobre a corrupção e agradeceu às autoridades locais. Salientou que a população precisa de respostas. Acredita que a BR está feita, que só quer a pavimentação dela, mas sempre tem alguém que atrapalha.

Anderson Menezes acredita que a BR-319 deve beneficiar a todos, principalmente os empresários. Perguntou se as comunidades serão beneficiadas, sobre o colapso da segurança e, por fim, como consultar o resultado do Fórum.

Professora Andleicy, do Igapó-Açu, relatou os problemas da comunidade, como os descartes de líquidos de peixe derramados pelos caminhões que trafegam na BR-319, ocasionando mau cheiro no local. Disse que há necessidade de restringir o horário de travessia dos carros e aumentar o perímetro dos que aguardam a balsa, a fim de evitar o excesso de barulho na comunidade.

Marcos Alexandre disse que é a favor da construção da BR-319. Relatou a sensação de abandono pelo Poder Público municipal, estadual e federal.

Daniel Simões, Presidente da Associação do Bairro Nova Esperança, disse que é a favor da BR-319. Preocupa-se com o uso eleitoral do movimento. Teceu comentários sobre a corrupção, mas acredita que, se todos cumprirem o seu papel, conseguirão atingir os objetivos.

Encerrado o terceiro bloco das manifestações da plenária, a palavra foi devolvida à mesa para responder aos questionamentos realizados.

O Dr. Rafael enfatizou que a sustentabilidade não é só ambiental, mas também econômica e social. Sustentou que o foco do Fórum são as pessoas. Defendeu que não se pode asfaltar de qualquer maneira e que a população será beneficiada, mas dentro da proposta da sustentabilidade. Quanto ao dinheiro destinado à BR-319, esclareceu que uma parte do dinheiro foi utilizada para implementar as unidades de conservação, sendo certo que o EIA não consumiu todo o dinheiro. Enfatizou mais uma vez que o MPF não coordena o fórum. Asseverou que, no primeiro semestre de 2019, pretende propor um termo de compromisso formal entre os órgãos, a fim de que cumpram as estimativas de recursos materiais e humanos necessários para assegurar a governabilidade da área de influência da BR-319, após a pavimentação da rodovia, em razão do aumento do fluxo de pessoas na região. Assegurou que é fundamental que o IBAMA firme o compromisso.

Sobre a pavimentação da BR-319, o DNIT informou sobre a divisão da rodovia em três trechos. Esclareceu que, por ora, o trecho entre o KM 250 e o KM 655 não pode ser pavimentado. Falou sobre a situação do tráfego em Igapó-Açu, onde muitas residências estão no leito estrada. Mesmo assim, comprometeu-se a analisar, em conjunto, a questão da restrição do tráfego e horário, para tentar encontrar a melhor solução para o caso. Ficou de pautar o tema no dia seguinte com a área técnica do DNIT. Ressaltou que o licenciamento ambiental realmente é demorado.

André Marsílio disse que procurou os empresários que fazem transporte de peixe e estes se comprometeram a não descartar resíduos de líquidos de peixe na comunidade de Igapó-Açu. Relatou que de fato o mau cheiro e o barulho incomodam a comunidade.

O representante da OAB declarou que, nos primeiros fóruns, ficou com a impressão de que os objetivos das instituições eram divergentes, mas agora convenceu-se que são convergentes. Acredita que essa união de esforços é importante para o sucesso do Fórum. Sobre o Igapó-Açu, disse que se precisa resolver se a ponte passará dentro ou fora da comunidade. Sobre o barulho e mau cheiro dos descartes dos caminhões, disse que algumas casas não cumprem as distâncias recomendadas da rodovia.

A seguir, foi aberto o quarto bloco com 10 intervenções, acompanhado das respostas da mesa ao final.

O vereador Linvingston Ferreira requereu que se procure a trafegabilidade da rodovia enquanto se resolve a questão da pavimentação. Enfatizou que o norte é asfíxiado por falta de rota de acesso.

O vereador Teixeira falou sobre os altos gastos investidos na rodovia. Disse que mesmo após todo esses investimentos a BR-319 continua do mesmo jeito. Mostrou indignação ao relatar que as empresas enrolam o verão todo e não se sabe o que foi feito, nem pra onde foi o dinheiro. Espera que as empresas contratadas se comprometam a finalizar as obras.

Cláudio disse que mora desde que nasceu no Careiro e que percebe que as coisas estão “andando” e que vai continuar participando dos Fóruns.

Edmilton ressaltou a importância do movimento que se iniciou com o André Marsílio e que foi aumentando, contando hoje com a presença do MPF. Disse que hoje tem esperança de ver asfaltada a BR319. Considera necessário um acompanhamento da aplicação desses recursos, com fiscalização do MPF.

Antonio disse que a presença do MPF dá uma esperança ao povo do Careiro e que o povo quer realmente participar da reabertura da BR-319.

Stênio mostrou foto de resgate que realizou na estrada no Igapó-Açu. Disse que a BR barateia os produtos consumidos no município. Asseverou que, na sua opinião, a estrada não causará nenhum impacto ambiental, pois não tem nada para derrubar ou desmatar. Acredita que, no período eleitoral, teremos a presença dos deputados e senadores no Fórum.

Thiago Fernandes disse que participa do Programa Mais Educação. Aduziu que a rodovia inacabada traz inúmeros transtornos à população. Quanto aos problemas com as construtoras, acredita que o Exército poderia executar a obra, inclusive com valor menor.

Fran Araújo relatou a falta de segurança na BR-319, enfatizando casos de morte por falta de sinalização viária.

Luís Alberto, engenheiro ambiental no município do Careiro, indaga sobre a questão do projeto executivo e ambiental. Disse que as RDS do Igapó-Açu e Matupiri formaram parceria com o município em virtude da ausência de servidores. Apresentou como sugestão a realização de um TCT para que os municípios de Humaitá e Careiro sejam gestores dos portais, com auxílio de recursos ambientais do governo estadual. Por fim, alegou que o Estado não tem estrutura para gerir as UC e que precisa dos municípios.

Encerrado o quarto bloco das manifestações da plenária, a palavra foi devolvida à mesa para responder aos questionamentos realizados.

O DNIT disse que o contrato de manutenção da BR-319 para garantir a trafegabilidade é válido durante todo o ano. Informou que, no período das chuvas, são dificultadas as manutenções. Aduziu que a trafegabilidade é garantida e que a autarquia despende 45 milhões (por ano) para manutenção. Quanto à sinalização viária, esclareceu que existe programa de sinalização e solicita o apoio do município para que aponte os locais de necessária sinalização. Disse, ainda, que o corpo técnico do DNIT também vai fazer estudos.

A seguir, foi aberto o quinto bloco com as 7 intervenções restantes, acompanhado das respostas da mesa ao final.

Raimundo Barbosa expôs que há uma novela ente DNIT e IBAMA. Um embarga a obra, o outro recorre. Indagou se vai haver uma definição nesse embate.

Lucinha elogiou a grande participação da comunidade. Contou as dificuldades enfrentadas por conta da interdição da BR-319, pela falta de trafegabilidade, em razão de atoleiros intransponíveis. Citou caso concreto de dificuldade e solicitou posto policial para o Igapó-Açu.

Jô disse que Akis tem desenvolvido um trabalho notável no ramal de Manicoré. Descreveu que o Incra e o Careiro firmaram um TCT, pelo qual foi colocado um servidor à disposição da população para resolver as questões fundiárias. Ressaltou que essa boa ideia poderia ser estendida a outros municípios. A diversidade entre os municípios da região dificulta a oferta de serviços, pois ficam se omitindo. Ressalta a importância da rede para descentralizar o poder e que todos precisam pensar coletivamente.

Adelson Júnior falou que o Ramal do 11 apoia a construção da BR-319. Contudo, demonstra preocupação com os pequenos produtores locais, que não poderão concorrer com os produtos vindos pela estrada.

Rachid perguntou se o governo do Estado tem competência sobre a BR-319. Prontamente, o DNIT respondeu que somente o governo federal pode pavimentá-la. O participante pediu transparência nos gastos da rodovia e disse que não se conforma com a interdição da BR-319.

Raimundo Nonato Mendes Marinho agradeceu a benevolência de todos da mesa. Relatou que há um desejo de todos pela pavimentação da BR-319. Que, apesar das dificuldades, o município e o Estado do Amazonas conseguiram junto ao Governo Federal a construção de duas pontes que reduziu o tempo para chegar a Manaus. Que já presenciou desperdício de alimentos por falta de trafegabilidade. Que não há impacto ambiental, pois se utilizam das mesmas caixas de empréstimo utilizadas no passado para extração do material da construção da BR-319. Que a burocracia é obstáculo à reabertura da BR-319.

Nadson da Silva, da Comunidade do Sumaúma, disse que também enfrenta problemas pela falta de segurança. Que as condições da BR-319 dificultam o turismo. Que necessita de fiscalização, pois o asfalto do Samaúma foi construído de forma irresponsável, pois não cumpriu a espessura exigida no contrato, sendo mais grosso nas margens do que no meio da via.

Encerrado o quinto bloco das manifestações da plenária, a palavra foi devolvida à mesa para responder aos questionamentos realizados.

O Dr. Rafael reiterou que não existem embargos judiciais impedindo a continuidade das obras. Contudo, relembrou que existem duas ações que questionam o licenciamento ambiental das obras. Enfatizou que há necessidade de uma solução definitiva.

O DNIT expôs que o monitoramento das Unidades de Conservação foge da alçada dele. Falou que coloca toda a operacionalidade das empresas contratadas em prol da cidade. Quanto às pessoas que ficam atoladas na estrada, disse que as empresas podem ir rebocar as pessoas. Para isso, basta procurar o encarregado de cada canteiro de obra, diuturnamente.

André declarou que a Associação é um legado de homens e mulheres que lutam e lutaram pela BR-319. Que fica feliz quando outras entidades buscam solução para o problema. Que é inadmissível no mundo de hoje não se criar uma extensão da Universidade Federal e UEA no meio do trecho da BR-319 para estudar a fauna e a flora. Aproveitou para cobrar o plano de gestão da unidade de conservação federal. Disse mais uma vez que é inadmissível os deputados não participarem dos Fóruns. Por fim, revelou que pretende apresentar um documento de apoio à pavimentação da BR-319 a todos os políticos do Amazonas que sejam candidatos nas eleições de 2018. Quem não assinar será contra a BR-319

Já na fase final da reunião, Dr. Rafael agradeceu a participação de todos.

Por sua vez, o Prefeito também agradeceu a todos. Disse que o Careiro tem interesse em ocupar o portal. Reconheceu a dificuldade em ajudar a comunidade do Igapó-Açu, em razão da trafegabilidade no inverno. Sabe da situação da segurança pública, mas espera o auxílio do Governo do Estado, que sempre alega a falta de recursos humanos. Tem 264 km de ramal e apenas consegue amenizar a situação, utilizando-se de recursos próprios, pois necessita de recursos federais e estaduais.

Ao final, o Presidente da Câmara agradeceu a todos e encerrou a reunião.

Por fim, passaram-se aos encaminhamentos:

1 – Dr. Rafael, em comum acordo com os demais membros do fórum, acolheu o pedido de um dos participantes para que sejam convocadas a ANTAQ e a MARINHA para as próximas reuniões do Fórum Permanente de Discussão sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319.

2 – A próxima reunião do fórum será no Edifício Anexo do Ministério Público Federal, no dia 09/07 (segunda-feira), às 14 horas.